

Unificação dos vestibulares

Se obtiver a concordância dos reitores, o Ministério da Educação (MEC) unificará já em 2010 o vestibular das instituições de ensino superior mantidas pela União. Atualmente, cada uma das 55 universidades federais prepara seu próprio exame e as provas são realizadas em datas diferentes. A ideia, que acaba de ser lançada pelo ministro Fernando Haddad e é inspirada no sistema adotado nas universidades americanas, é fazer uma prova única e com validade nacional, o que permite aos aprovados escolher o curso e a universidade conforme a pontuação obtida.

Para implantar esse sistema, o MEC quer aproveitar a experiência de avaliação escolar que já acumulou desde a segunda metade da década de 90, quando lançou o antigo Provão e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Já aplicado 11 vezes, desde sua criação, o Enem é um teste com excelente imagem e credibilidade na comunidade estudantil, pois suas notas são utilizadas como critério de seleção para a concessão de bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e em processos seletivos de 500 instituições públicas, confessionais e privadas de ensino superior. Em 1998, ele avaliou 157 mil alunos do ensino médio. No ano passado, o número subiu para 4 milhões.

A ideia do MEC é aperfeiçoar e expandir o Enem, convertendo-o na base do vestibular unificado das universidades federais. Em seu formato atual, o Enem consiste numa prova de 63 questões de múltipla escolha e redação, realizada num único dia. O MEC quer aplicar quatro provas, com 60 questões cada uma, nas áreas de ciências humanas, linguagens, ciências da natureza e matemática, além de redação. Para os candidatos a cursos muito técnicos, como medicina, o exame também incluiria mais uma etapa, na qual seria aplicada uma prova com questões sobre disciplinas mais específicas, como ciências exatas. Com isso, o Enem passaria a ser realizado em dois dias.

O modelo do novo Enem só foi apresentado em suas linhas gerais pelo ministro da Educação. O detalhamento será feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), com base em sugestões dos reitores das universidades federais. Para os alunos, o sistema propicia a realização de um único vestibular e permite que candidatos de uma região possam se candidatar a universidades situadas em outras regiões, sem que tenham de se deslocar até elas.

Para o ministro da Educação, a unificação do vestibular tem a vantagem de aperfeiçoar o processo seletivo, tornando-o mais analítico e permitindo uma avaliação mais rigorosa das competências e habilidades dos vestibulandos. "Queremos uma prova que combine vestibular e Enem, corrigindo as distorções hoje existentes. O Enem pergunta bem, mas carece de conteúdos. O vestibular tem conteúdo, mas distorce na hora de perguntar", diz Haddad. Segundo ele, os atuais processos seletivos das universidades federais privilegiam a chamada "decoreba", não avaliando o que o aluno efetivamente aprendeu no ensino médio.

A reação inicial dos reitores, que por lei têm total autonomia para estabelecer critérios de seleção, foi favorável à proposta. Na reunião que mantiveram com Haddad, as lideranças da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) aceitaram as linhas gerais da proposta do MEC. Em Pernambuco, lembrou o presidente da Andifes, Amaro Lins, as três universidades federais adotaram o vestibular unificado, numa experiência de sucesso.

O único ponto de divergência foi com relação ao prazo de implementação das mudanças. O ministro quer promovê-las o mais rapidamente possível, enquanto os reitores querem tempo para poder ouvir os conselhos universitários e realizá-las conforme as especificidades de suas instituições. A proposta será examinada na reunião plenária da Andifes que será realizada dentro de duas semanas.

A pressa do ministro é justificada por razões políticas, até porque 2010 é um ano eleitoral e a unificação dos vestibulares seria um trunfo a ser usado na campanha. Aos reitores cabe cuidar para que uma boa ideia não seja comprometida por razões políticas.

Fonte: O Estado de S.Paulo, São Paulo, 1 abr. 2009, Primeiro Caderno, p. A3.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais